

Introdução

André Dumans Guedes
Candice Vidal e Souza

O presente volume reúne textos de antropólogos e etnógrafos que se propuseram a descrever e refletir sobre as formas, os significados, as experiências, as narrativas e as práticas de mobilidade em contextos os mais diversos: nas grandes metrópoles ou nas roças, nas matas ou águas, nas aldeias ou instituições modernas, nas estradas e nos caminhos, construindo ou conectando esses lugares. Em comum entre todos esses autores, existe a ideia de que as mobilidades são não apenas centrais como constitutivas dos mundos com os quais eles travaram contato em seus trabalhos de campo. Assim, partindo de preocupações e temas distintos, todos eles reconhecem que essas mobilidades são um objeto legítimo e prolífico da antropologia enquanto disciplina acadêmica. Nesse sentido, é consenso entre eles o valor da comparação e, sobretudo, do privilégio de abordagens etnográficas. Esses antropólogos buscam mostrar aqui, portanto, como os deslocamentos espaciais e os movimentos possuem um lugar central na vida de seus interlocutores e no modo como essas pessoas concebem e expressam tais mobilidades.

A maior parte dos capítulos deste livro tem sua origem em trabalhos que foram apresentados no Grupo de Trabalho “Antropologia das Mobilidades”, coordenados pelos organizadores desse volume – André Dumans Guedes e Candice Vidal e Souza – em duas diferentes Reuniões Brasileiras de Antropologia (RBA): a que ocorreu em Brasília em 2018 e a que, embora prevista para acontecer no Rio de Janeiro, realizou-se de forma remota no

ano de 2020. Outros desses trabalhos foram apresentados em eventos análogos – caso do Simpósio de Pesquisas Pós-Graduadas (SPG) “Mobilidades contemporâneas: dimensões etnográficas e sociologia dos deslocamentos”, realizado por ocasião do encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) em Caxambu, em 2016, coordenado pelos organizadores desse volume e debatido por Ana Marcela Ardila Pinto (UFMG); e do Grupo de Trabalho “Antropologia das Mobilidades Contemporâneas”, coordenado por Candice Vidal e Souza e Evaldo Mendes da Silva na VI Reunião Equatorial de Antropologia (REA), realizada em Salvador, em 2019. Cabe destacar, ainda, como um momento decisivo para a configuração dos parâmetros norteando nossos trabalhos e discussões coletivas, as apresentações e os debates ocorridos durante as três edições do Seminário Internacional Mobilidades Contemporâneas, realizado desde 2017 na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), em Belo Horizonte.

No seu conjunto, portanto, esta coletânea apresenta os resultados de conversas, debates e andanças que, coordenados e estimulados pelos organizadores deste volume, vêm explorando, há mais de cinco anos, as múltiplas conformações possíveis do que é e pode vir a ser uma “antropologia das mobilidades”.

Naturalmente, tais discussões estão articuladas a tendências mais gerais ocorrendo na antropologia e em disciplinas próximas, e é também o objetivo de traçar as linhas gerais desses movimentos intelectuais a que nos dedicamos nessa introdução. Apresentaremos então, rapidamente, como a questão da mobilidade aparece em três conjuntos de textos – aqueles que, de modo mais decisivo, inspiraram os autores nessa coletânea, constituindo-se em referências que, a nossos olhos, são emblemáticas e incontornáveis para pensarmos uma antropologia das mobilidades. Trataremos, assim: a) da “virada da mobilidade” (*mobilities turn*); b) da obra do antropólogo inglês Tim Ingold; c) das etnografias brasileiras tratando da mobilidade no subcampo das sociedades camponesas.

A virada da mobilidade

Ao evocarmos a “virada da mobilidade” (*mobilities turn*), temos em mente aquele movimento intelectual recente que, “[...] disseminando-se através das ciências sociais, vem buscando atribuir dinamismo a análises que se desenvolveram historicamente via um foco no que é estático e fixo, preocupando-se sobretudo com ‘estruturas sociais’ a-espaciais” (URRY, 2007, p. 6, tradução dos autores). Na antropologia em particular, essa “guinada” ou “virada”

[...] se articula intrinsecamente a perspectivas teóricas que questionam aquelas correspondências anteriormente tomadas como dadas entre grupos, lugares e culturas. Estas perspectivas seguem a crítica feita por James Clifford quando, nos anos 1990, este autor argumentava que a antropologia deveria deixar de lado sua preocupação com a descoberta das ‘raízes’ [roots] das formas socioculturais para dedicar-se ao traçado das ‘rotas’ [routes] através das quais elas se (re)produzem. (SALAZAR, 2013, p. 533, tradução dos autores).

Todas estas discussões estão ancoradas numa associação, substantiva e/ou analítica, entre estas “mobilidades” e certa caracterização dos tempos contemporâneos: orientado por “[...] uma preocupação com os processos de diáspora e desterritorialização, e com a irregularidade dos laços entre nações, ideologias e movimentos”, Appadurai (1996, p. 18, tradução dos autores) argumenta, por exemplo, que “[...] estas relações cambiantes e imprevistas entre eventos midiáticos de massa e suas audiências migratórias define o cerne da relação estabelecida entre a globalização e o moderno” (APPADURAI, 1996, p. 4, tradução dos autores). Recorremos a afirmações como essa para destacar como, na perspectiva desses autores, o interesse pela mobilidade se dá em grande medida em função de transformações e processos que oferecem parâmetros fecundos para configurar e caracterizar o mundo “contemporâneo” – seja ele qualificado como “(pós)

moderno”, “global” ou de qualquer outro modo. Nesse sentido, implícita à maior parte dessas formulações, existe o pressuposto de que há uma diferença substancial entre os tempos e as realidades do mundo de hoje e um passado onde as coisas se passavam de outro modo (com menos “mobilidade”, portanto).

Podemos reconhecer também que a perspectiva mais recente dos estudos sobre mobilidade, os quais atravessam campos disciplinares diversos, aponta para abordagens renovadas de processos sociais relativos aos deslocamentos habitualmente registrados pela etnografia. A novidade pode ser situada em ampliações no plano da descrição empírica; mas, sobretudo, na orientação epistemológica e analítica das configurações da mobilidade e de seus contextos. Provavelmente a identificação de metafísicas sedentárias e metafísicas nômades realizada por Liisa Malkki no artigo publicado primeiramente na *Cultural Anthropology* de 1992 – depois recuperada por autores como Tim Cresswell (2006) e Noel Salazar (2014) quando pretendem situar o lugar da mobilidade como objeto e como perspectiva –, tenha apontado de modo pioneiro para a dimensão moral e normativa envolvida no modo de registrar a mobilidade das pessoas e dos grupos sociais. Cresswell (2006, p. 32) reconhece a marginalização ontológica, epistemológica e normativa da mobilidade como efeito do enquadramento hegemônico da metafísica sedentária.

Novas direções epistemológicas acompanham a sensibilidade para as metafísicas nômades, ampliando o olhar para as conexões entre sujeitos e objetos, afastando-se de visões de sociedade como entidade dada, autocontida, como pontua Salazar (2014), repercutindo o espírito do “manifesto” de John Urry por uma sociologia além das sociedades. Nesse rumo, em termos epistemológicos e metodológicos, as pesquisas mais recentes sobre mobilidade expandem as observações fundamentais de Malkki (1999).

Deve-se ressaltar que a pesquisa relacionada à “virada da mobilidade” explicita a colaboração e diálogo entre autores e áreas do conhecimento. Esse espírito fica evidente na produção e nas ações institucionais de John Urry e nas múltiplas conexões que estabeleceu a partir da Universidade de

Lancaster, conduzidas por seus interesses na mobilidade e na sociologia do contemporâneo – ver, por exemplo, Sheller (2017) e Freire-Medeiros e Lages (2020). O novo paradigma das mobilidades que ele colocou em cena se pôs a conversar com a geografia britânica reconhecida por praticar uma teoria não representacional do espaço, organizada em torno de Nigel Thrift e Doreen Massey, assim como dialoga com a teoria ator-rede, na qual se localizam John Law, Bruno Latour, Michel Callon e outros. O que aproxima tais ideias e experimentos de pesquisa são a crítica ao modelo representacional das ciências da sociedade e do espaço, de forte matriz kantiana e durkheimiana, e o primado das práticas. Esse deslocamento epistemológico é que inspira os estudos de mobilidade em direção às experiências e aos fatores que interferem na realização ou não dos movimentos de sujeitos qualificados em suas características de gênero, classe social, idade, local de moradia e circuitos de deslocamentos intra e interurbanos e por outras territorialidades. Trata-se de captar o que pensam os sujeitos de sua condição como móveis, em relação ao vivido, sem enquadrar representações do movimento e de seus aspectos como visões de mundo fora das práticas. O que se percebe é produto da experiência e da reflexão apoiada nela, não uma abstração ou um pensamento organizado em momento posterior. Assim, captar as narrativas sobre (e muitas vezes durante) os percursos torna-se um recurso de pesquisa valorizado nos estudos contemporâneos sobre mobilidade. Vêm daí as informações sobre trajetos, suas motivações e condições de realização no eixo combinado de espaço e tempo que sustentam tanto os estudos mais microscópicos quanto as análises compreensivas da variedade social e geográfica do estar *on the move*.

No campo da antropologia, as teorias não representacionais estão na base da revisão epistemológica e interpretativa presente no trabalho de Alberto Corsín Jiménez (2003, p. 140, tradução dos autores), realizado na cidade de Antofagasta (Chile), em que propõe uma redefinição ontológica do conceito de espaço, na qual “[...] o espaço não é mais uma categoria de atributos ontológicos fixos e dados, mas um devir, uma propriedade emergente das relações sociais”. Abrir o espaço para o tempo resulta em trazer

o movimento das pessoas e a mudança para o centro da reflexão. Entende-se que “[...] a dificuldade de ver o movimento como aspecto da vida social em geral está relacionada ao fato de que a mobilidade, na medida em que envolvia pessoas assentadas, tem sido considerada um fenômeno especial e temporário” (OLWIG; HASTRUP, 1997 *apud* JIMÉNEZ, 2003, p. 151, tradução dos autores). Além de antropólogos como Nancy Munn, Jiménez inclui a antropologia de Tim Ingold como apoios antropológicos para escapar desse modo repetido de ver o mundo centrado na fixidez espacial. O trabalho de Munn sobre os Massim abre uma frente antropológica na análise das espacialidades e do movimento. A pesquisa de Vishvajit Pandya sobre os Ongees, caçadores e coletores das ilhas Andaman, dialoga amplamente com as propostas de Munn sobre o fato de o movimento definir o espaço e o tempo. Esse autor descarta a noção abstrata de espaço e atenta para os constructos efetivos de espaço-tempo encontrados entre os coletivos. Em seu relato, ficamos sabendo que, para os Ongees, o espaço não é um palco pré-construído em que as coisas acontecem, mas uma área ou região criada e construída por práticas de movimento que estão acontecendo. Além disso, o movimento cria uma experiência de tempo naquele espaço (PANDYA, 1990, p. 777). Esse entendimento foi registrado nos mapas desenhados pelos Ongees, que ilustram movimentos no espaço ao invés de lugares no espaço. Pessoas e seres cosmológicos se constroem através de processos moventes. Em relação ao movimento, estamos em terrenos antropológicos já frequentados e compartilhados, nos quais as posições de Tim Ingold são mais notadas desde a entrada do novo século. Então, consideremos com mais atenção a obra desse autor, o qual, como já adiantamos, é presença destacada em muitos capítulos desta coletânea.

Tim Ingold e as mobilidades

Assim, um segundo conjunto de textos que gostaríamos de destacar aqui nos remete aos trabalhos de Tim Ingold (2000, 2007, 2011, 2012, 2015a, 2015b). Numa primeira aproximação, e tal como ocorria nas obras relacio-

nadas à *mobilities turn*, poderíamos dizer que esse antropólogo inglês está também preocupado em problematizar a “fixidez” ou o “sedentarismo” predominantes nas teorias e nos instrumentos predominantes nas ciências sociais. Para Ingold, porém, esse modo de olhar específico não está restrito a essas ciências sociais; ele caracteriza, antes, um “[...] modo de pensar [...] que tem prevalecido no mundo ocidental durante os últimos dois milênios ou mais” (INGOLD, 2012, p. 26) – aquele modo de pensar que, nos termos de Malkki (1999), e como evocado acima, caracterizariam uma “metafísica sedentária”.

O objeto de Ingold não é, certamente, aquilo “que tem prevalecido no mundo ocidental” (e muito menos o que *passou* a prevalecer aí nos últimos tempos), como ocorre com boa parte dos autores associados a *mobilities turn*. Isso que tem “prevalecido” lhe interessa, sobretudo, como o contraponto comparativo que lhe permite explorar e explicitar outros modos de pensar, de ver, de agir, de mover-se ou de descrever isso tudo. Esses “outros modos” são acessados empiricamente pelo recurso a etnografias de outros povos ou culturas, ou de estudos e experimentos focados em aspectos menores ou dominados (ou seja, não “prevalecentes”) de nossas próprias práticas e vidas aqui no “mundo ocidental” – um exemplo notório e notável é seu estudo sobre as práticas do andar a pé (INGOLD; VERGUNST, 2008). O recurso heurístico à diferença (e à comparação) perpassa toda sua obra, a qual, nesse sentido, leva adiante velhas preocupações dos antropólogos com a desnaturalização de categorias e práticas presentes em seu próprio mundo, rumo a essa antropologia que, para Ingold (2011, p. 5, tradução dos autores), deve ser pensada como “uma investigação constante e disciplinada das condições e dos potenciais da vida humana”.

O que é mais relevante para nossa discussão é o modo específico como esse antropólogo pretende levar adiante essas pretensões que, de certa forma, podem ser identificadas já nos primórdios da antropologia. De modo ainda mais explícito em seus últimos escritos, isso é feito através de uma “primazia do movimento” (INGOLD, 2011, p. xii, tradução dos autores) que se manifesta numa “antropologia comparativa da linha” (INGOLD, 2007,

p. 1, tradução dos autores) ou em esforços para “trazer a antropologia de volta à vida” (INGOLD, 2012, p. 14). *Movimento, linha, vida*: é via o entrelaçamento desses conceitos que Ingold nos estimula a desafiar nosso entendimento usual do que são objetos, pessoas, seres e lugares, bem como daquilo que ocorre com eles em seus deslocamentos e histórias.

Na perspectiva de Ingold, esses objetos, essas pessoas, esses seres e lugares deixam de ser encarados como entes que existem por si mesmos. Eles não são mais vistos como já prontos, formados e delimitados, “oferecendo para nossa inspeção suas superfícies externas e congeladas” (INGOLD, 2012, p. 29); não são mais encarados como claramente individualizados (ou individualizáveis) e, portanto, facilmente dissociados (e dissociáveis) de outros entes ou dos ambientes em que se situam. Mais reais que a individualidade, as fronteiras ou a forma desses entes são, portanto, os percursos, trajetórias, linhas, processos e estórias que, se entrecruzando e sempre inacabados, respondem pela emergência – ou pelo “acontecer”, como prefere Ingold – de todo e qualquer objeto, pessoa, ser ou lugar. Falar na “primazia do movimento” é falar que os movimentos são primeiros, tanto no sentido cronológico quanto no ontológico. Antes de mais nada, existem movimentos ou linhas; são eles que definem as coisas, pessoas e lugares, como o que emerge a partir de “fios vitais” que se agregam, ou do *locus* onde “vários acontecimentos se entrelaçam” (INGOLD, 2012, p. 29). Nota-se, então, como ocorre aqui uma inversão daquela visão “sedentarista” que, segundo Ingold (2012), “prevalece” nas nossas ciências ou no nosso entendimento “ocidental”. Aí, o que existe em primeiro lugar, ou antes de mais nada, são as coisas ou os entes em si mesmos; seus movimentos, se ocorrem, são secundários – tanto no sentido de que acontecem “após” esses entes e coisas já terem surgido, quanto no sentido de que esse movimento é contingente ou eventual, possuindo um valor ou uma importância inferior ao que possui o ente na sua essência ou existência.

Retomada no capítulo de Candice Vidal e Souza, nesse volume, a formulação de Ingold a esse respeito é precisa: “a existência humana não é, fundamentalmente, situada [*place bound*] [...] mas situante [*place-bin-*

ding] (INGOLD, 2011, p. 148, grifos originais, tradução dos autores). Antes de estarmos confinados a lugares, nós, enquanto seres vivos, nos movimentamos; ao fazermos isso, conectamos e entrelaçamos esses lugares entre si, bem como nossas vidas umas às outras e a eles:

Uma casa, por exemplo, é um lugar onde as linhas de seus residentes estão fortemente atadas. Mas estas linhas não estão contidas dentro da casa, assim como os fios não estão contidos em um nó. Pelo contrário, elas persistem em seu movimento para além dela, apenas para prenderem-se a outras linhas em outros lugares, como os fios em outros nós [...]. Os lugares, em suma, são delineados pelo movimento, e não apenas pelos limites exteriores ao movimento. Porque seria muito errado supor que tais pessoas estejam confinadas em um determinado lugar, ou que sua experiência seja circunscrita pelos horizontes restritos de uma vida vivida apenas aí. (INGOLD, 2011, p. 149, tradução dos autores).

Lembremos ainda que Ingold insiste que essa “primazia do movimento” só pôde manifestar-se com tal força em seu trabalho porque ele próprio se pôs a seguir certas linhas e movimentos intelectuais, recorrendo a (e impulsionando) ideias já há muito tempo presentes entre nós. Abundam assim, na sua obra, diálogos com a tradição filosófica ocidental, ele reconhecendo explicitamente sua dívida intelectual com relação a autores como Heidegger, Bergson e Deleuze. Parece-nos importante frisar esse ponto para contextualizar um pouco melhor essa “primazia do movimento” orientando as formulações de Ingold no âmbito daqueles esforços pelos quais, desde o surgimento da disciplina, os antropólogos vêm buscando desnaturalizar aqueles “modos de pensar [...] que têm prevalecido no mundo ocidental”. Queremos com isso indicar que, já há tempos, esse elemento “sedentário” da tradição ocidental “prevalecente” é objeto de escrutínio e crítica.

A título de exemplo, lembremos rapidamente de uma passagem muito conhecida do *Totemismo Hoje*. Aí, Claude Lévi-Strauss (1975, p. 102)

indica como o filósofo Henri Bergson – aquele mesmo citado, não por acaso, algumas linhas acima – se antecipa aos antropólogos na compreensão do que está em jogo no estudo do totemismo. Lévi-Strauss argumenta que a argúcia das observações de Bergson sobre essa instituição podem ser explicadas, em parte, em razão do fato de que o pensamento desse filósofo “[...] tem estranhas analogias com a de vários povos ditos primitivos que vivem ou viveram o totemismo por dentro”. Para ilustrar sua afirmação, Lévi-Strauss (1975, p. 102) cita – a partir da sua versão presente n’ *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, de Durkheim – “[...] uma glosa de um sábio Dakota que formula, numa linguagem próxima àquela da *evolução criadora* [conceito e título de obra de Bergson], uma metafísica comum a todo mundo Sioux [...] segundo a qual as coisas e os seres não são senão as formas cristalizadas da continuidade criativa”:

Cada coisa ao se mover, num ou noutro momento, aqui e lá, marca um tempo de parada. O pássaro que voa para num lugar para fazer seu ninho e num outro para repousar. O homem em marcha para quando quer. Assim, o Deus parou. O sol, tão brilhante e magnífico, é um lugar onde ele parou. A lua, as estrelas, os ventos, é onde ele esteve. As árvores, os animais, são todos os seus pontos de parada, e o índio pensa nesses lugares e para ele dirige suas preces, a fim de atingirem o lugar em que o Deus parou e obterem ajuda e benção. (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 102).

Como já deve estar claro, não é apenas “a evolução criadora” de Bergson que guarda uma analogia com a “continuidade criativa” dos indígenas Sioux da América do Norte. Essas duas “metafísicas” – para usar o termo de Lévi-Strauss (1975) e Malkki (1999) – se aproximam muito da “primazia do movimento” que discutimos aqui. Em todos esses casos, presenciamos como as “paradas”, “pausas”, “pousos” e “repousos” – para recorrer às categorias que Guedes (2020) sugere no exame da “territorialidade dos povos errantes” nesses termos – são não apenas casos particulares do movimento como momentos necessários para que esses últimos, bem como as vidas

e histórias que lhes são correlatas, possam seguir adiante, persistindo e se prolongando.

Não há maiores motivos de espanto diante dessas proximidades, não apenas pela reconhecida influência que Bergson (e os ameríndios e aborígenes australianos) exerceram sobre o pensamento de Ingold como também pelo fato de que tais concepções, como nos mostram os estudiosos desses povos, possuem uma relativa generalidade. Um bom exemplo disso está presente nesse volume, onde Raphael Rodrigues nos mostra como a mesma lógica se faz presente entre os Tukano, para quem a paisagem e certas localidades se originam enquanto encarnações dos “poderes de criatividade e movimento” dos antepassados, esses últimos aparecendo então “em uma forma congelada”. Evocamos aqui esse ponto não para relativizar o que há de potencialmente original na perspectiva de Ingold. Ao aproximar suas formulações das ideias de outros pensadores, queremos, sim, precisar o que, dada a nossa preocupação com as mobilidades, ele nos parece trazer de novo a essa tradição intelectual que faz dialogar pensamentos “selvagens” – ou não “domesticados”, à lá Lévi-Strauss – e linhagens minoritárias da filosofia ocidental. E o que nos parece haver de mais relevante no trabalho de Ingold, a esse propósito, é o modo como ele torna tais ideias *operacionalizáveis*, etnograficamente.

Esse autor é capaz, assim, de transformar formulações à primeira vista esotéricas, exóticas ou técnicas, em encaminhamentos para a realização de investigações concretas. Ingold contribui, assim, para a “educação da atenção” (conforme os termos que ele popularizou) daquele que se propõe a estudar mobilidades, dando-nos pistas para que, na “percepção do ambiente” e daqueles fluxos e seres que aí se alinham, nós possamos ver, sentir, constituir, habitar, conhecer e descrever o mundo de outras formas. O presente volume apresenta inúmeros exemplos de como é possível, com a ajuda de Ingold, encaminhar tal modo de trabalhar. Além disso, a fecundidade de tal modo pode ser presenciada pela diversidade dos temas que esses textos que apresentamos aqui associam à obra de Ingold: as viagens a pé e as experiências corporais dos que perambulam (Damas, Costa, Caballero);

a imbricação entre movimento, aprendizagem e conhecimento (Guedes, Maurício, Andrade, Caballero); os entrelaçamentos de trilhas, caminhos e linhas para que os lugares “ocorram” (Vidal e Souza, Costa, Maurício, Cordeiro, Damas, Andrade); o papel dos movimentos na conformação de paisagens, elas também em constante devir e movimento (Rodrigues, Bemerguy); a preocupação com os infundáveis e diversos modos de habitar um mundo que está, ele próprio, sempre inacabado e se fazendo (Rodrigues, Vidal e Souza); os fluxos e dinâmicas vitais perpassando coisas, materiais e infraestruturas (Ehlert, Bemerguy); a presença, onde quer que haja vida e movimento, da descrição e da narração (Guedes, Andrade, Aderaldo).

Etnografando mobilidades em campos, roças, florestas e estradas Brasil afora

Tragamos, então, para o primeiro plano, a questão das práticas e descrições etnográficas. Ingold deixa claro que, para ele, não pode haver uma descontinuidade epistemológica entre as práticas dos antropólogos e as daquelas pessoas que eles estudam:

Seja a nossa preocupação habitar esse mundo ou estudá-lo – e, no fundo, essas duas coisas são equivalentes, já que todos os habitantes são estudantes e todos os estudantes são habitantes – nossa tarefa não é fazer um inventário ou balanço do que aí existe, mas *seguir o que por aí (se) passa* [to follow what is going on], traçando as múltiplas linhas desses devires, para onde quer que eles nos levem. (INGOLD, 2011, p. 14, grifos no original, tradução dos autores)

Tal como outros habitantes desse mundo, o etnógrafo aparece aí como alguém que “segue”, e que “rastrea trilhas” – alguém que, portanto, está em movimento, buscando acompanhar pessoas e seres que estão também em movimento. O que fica evidente é essa coincidência entre o “método” e o “objeto” das investigações. E, se isso não é privilégio da antropologia das mobilidades (certamente não o é), no âmbito desse subcampo essa

coincidência se coloca de modo particularmente flagrante – e, por isso mesmo, o que se passa nesse caso pode ser de interesse para a antropologia como um todo.

Toda essa discussão funciona como um bom prelúdio para que apresentemos o terceiro conjunto de contribuições que, a nosso ver, merecem ser destacadas nessa introdução. Tratamos aqui de um conjunto de trabalhos surgidos na última década, produzidos no âmbito dos estudos das sociedades camponesas, sobretudo junto ao Núcleo de Antropologia da Política (NuAP) sediado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A centralidade assumida aí pela questão da mobilidade decorre menos dos debates teóricos nas ciências sociais do que daquelas “surpresas” (PEIRANO, 2002) oferecidas pelo trabalho de campo. Relativizando em parte essas “surpresas” e ajudando-nos a compreender como elas foram possíveis, destacamos aqui o papel desempenhado por um texto redigido (mas nunca publicado) por Palmeira e Almeida (1977), no final dos anos 1970. Numa passagem decisiva, esses autores destacaram a necessidade de conceder uma atenção minuciosa a como ideias e categorias associadas ao movimento e ao deslocamento se fazem presentes nos vocabulários, lógicas e saberes destes povos e coletivos camponeses, mostrando ao mesmo tempo como a utilização irrefletida ou apressada de conceitos das ciências sociais pode eclipsar a complexidade e diversidade dos universos em questão. Eles problematizavam, então, o modo como a ideia de “migração” vinha sendo usada. Em contrapartida, e levando em consideração o modo como seus interlocutores em campo concebiam os movimentos e deslocamentos subsumidos por tal conceito, Palmeira e Almeida (1977, p. 3, acréscimo nosso) diziam que,

[...] sem que o céu ou os conceitos clássicos caíssem sobre suas cabeças, os indivíduos ou grupos sociais com quem entrávamos em contato [no campo] dissociavam por completo as “migrações sazonais” do chefe da família (ou de qualquer de seus membros), das “migrações” (definitivas?) para o sul do país de algum dos

filhos, da “migração” que teria sido definitiva mas não o foi de toda a família num determinado momento de sua existência etc.; ao mesmo tempo em que vinculavam esses movimentos a outros movimentos tendo ou não uma “expressão espacial” própria: procura de trabalho, morte de membros da família, casamento e constituição de novos grupos domésticos etc. Juntar aqueles movimentos numa mesma “contabilidade” única parecia-lhes algo sem sentido.

A partir de 2009 surgiram etnografias que levaram às últimas consequências o argumento esboçado por estes autores, radicalizando a valorização dos pontos de vista e formulações nativas enquanto eixos estruturantes da prática etnográfica e mesmo da antropologia enquanto empreendimento intelectual – Rumstain (2009), Carneiro (2010), Andriolli (2011), Guedes (2011), Dainese (2011), Pereira (2011), Medeiros (2011), Comerford (2014), Vieira (2015), dentre outros que se seguiram nos anos seguintes. Nestes trabalhos, a centralidade analítica das mobilidades manifesta-se pelas tentativas de apreender toda uma recém-descoberta – ou “redescoberta”? – multiplicidade de formas de movimento e deslocamento, a partir da própria riqueza e diversidade dos vocabulários, linguagens e formas narrativas nativos contemplando tais formas; o contraponto àquela “contabilidade única dos movimentos” evocada por Palmeira e Almeida (1977) não poderia ser mais evidente. Um exemplo disso se encontra no prefácio de um dossiê dedicado aos “movimentos e práticas de circulação em coletividades rurais”, em que os organizadores mostram como as práticas e os sentidos da mobilidade foram explorados por estudiosos dedicados a etnografar fenômenos tão diversos como:

[...] [os] modos de *viajar, fazer mudança, visitar, passear, passar as férias*, bem como as *andanças, jornadas, giros* (de folia), as modalidades de circulação vicinal como *voltar sempre* na casa de alguém, *bestar* (deslocando-se sem rumo certo na vizinhança), *andar com* (um determinado pessoal), práticas de *chegar, fugir* (com a namorada, por exemplo), *invadir, pular a cerca* (literalmente, no caso dos animais, ou figurativamente), a valo-

rização do *ir para frente*, o medo de *voltar para trás*, a excitação de *aventurar*, *sair para o mundo*, a reflexão sobre *dar muitas voltas*, as práticas de fazer *chegar presentes e lembranças*, o saber chamar, convidar, *juntar*, o *receber bem*, saber *encher a casa*, e assim por diante. (COMERFORD; ANDRIOLLI, 2015, p. 7-8, grifos originais).

Nessa mesma direção, – e levando em conta o trabalho de outros autores (MARQUES; BROGNOLI, VILLELA, 1999), também influenciados por Palmeira e Almeida (1977) – um dos dois autores desta introdução afirmou que, no estudo que ele realizava junto a garimpeiros atingidos por barragens no norte de Goiás, parecia-lhe fundamental dissociar o estudo dos movimentos e deslocamentos desta

[...] visão que frequentemente permeia esta ideia de “migração” (como o movimento *do campo para a cidade*, ou *dos nordestinos para o sudeste*) e que pressupõe que o deslocamento é fruto de acontecimentos excepcionais. A sedentariedade apareceria aí como a regra e o normal; e o movimento como o a exceção, o intersticial ou o acidental, algo secundário ou derivado em relação à estabilidade de quem fica no mesmo lugar. Do ponto de vista analítico, seria assim o movimento – e não a permanência – o que tem que ser explicado. Subordinado à partida ou ao destino, o movimento não teria um valor em si mesmo, constituindo-se como a simples passagem entre dois pontos (*de ... para*) (cf. Palmeira e Almeida, 1977, p. 30), onde reside o interesse do pesquisador (por que sair? o que acontece quando se chega lá?). Para meus interlocutores, da mesma forma que estes pontos, o que está “entre” eles (*o mundo*, o *trecho*) também é “habitável”. (GUEDES, 2011, p. 21)

Essa crescente atenção às categorias, aos vocabulários e às linguagens pelos quais esses movimentos e deslocamentos são expressos e constituídos por nossos interlocutores se faz acompanhar, com frequência, da constatação de que a mobilidade assim expressa é algo fundamental e valorizado pelos seus interlocutores (GUEDES, 2013a).

Como já adiantamos, não temos qualquer pretensão aqui de esgotar as “influências” conformando e estimulando nossas discussões. Tentando mitigar um pouco as injustiças que, sem sombra de dúvida, cometemos aqui, poderíamos apenas lembrar, rapidamente, outras referências que, de modo mais pontual, fazem sua força sentir-se nos trabalhos desta coletânea: os estudos associados à Escola de Chicago (uma das primeiras e mais célebres monografias publicadas no interior dessa tradição, em 1923, foi o estudo que Nels Anderson fez dos “hobos”, andarilhos nômades norte-americanos); as discussões relativas à “fronteira” na Amazônia e no Brasil Central – certamente anteriores aos trabalhos pioneiros de Roberto Cardoso de Oliveira, mas, a partir de sua obra, reverberando nos debates posteriores de autores como Otávio Velho (2007) e José de Souza Martins; as discussões relacionando mobilidades, identidades e marcadores sociais da diferença (sobretudo no que concerne ao gênero); ou a compreensão alargada da pesquisa em mobilidades definida na proposta de Mimi Sheller (2014) como indo além do movimento físico e incluindo também os movimentos potenciais, os deslocamentos impedidos, a imobilidade, e as formas do habitar e da construção dos lugares.

Assim, nesse volume, o leitor acompanhará pesquisadores atentos a registrar práticas associadas ao movimento, às eventuais fricções que se apresentam aos deslocamentos, aos diversos tipos de ancoradouros presentes na circulação de sujeitos enlaçados a coletivos diversos, espalhados por múltiplos lugares aqui no Brasil e em outras terras. Casas, vizinhanças, estradas, aldeias, cidades, montanhas, caminhos... Esses são os “territórios” construídos por gente que se mexe com o próprio corpo, acionando infraestruturas e meios diversos (ônibus, barcos, motos, carros, caminhões) que estão ao seu alcance para suas andanças pelo mundo.

Referências bibliográficas

ANDRIOLLI, Carmen Sílvia. *Sob as vestes de Sertão Veredas, o Gerais: ‘Mexer com criação’ no Sertão do IBAMA*. 2011. 229 f. Tese (Doutorado

em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

APPADURAI, Arjun. *Modernity at large*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

CARNEIRO, Ana Cerqueira. *O “Povo” Parente dos Buracos: mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro*. 2010. 362 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

COMERFORD, John. Vigiar e narrar. Sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. *Revista de Antropologia*, v. 57, p. 107-142, 2014.

COMERFORD, John; ANDRIOLLI, Carmen. Apresentação ao Dossiê Movimentos e Práticas de Circulação em Coletividades Rurais. *Ruris*, v. 9, n. 1, p. 7-11, 2015.

CRESSWELL, Tim. *On the move: mobility in the modern western world*. London: Routledge, 2006.

DAINESE, Grazielle. *Chegar ao cerrado mineiro: hospitalidade, política e paixões*. 2011. 341 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; LAGES, Maurício Piatti. A virada das mobilidades: fluxos, fronteiras e fricções. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 123, p. 121-142, 2020.

GUEDES, André Dumans. *O trecho, as mães e os papéis*. Movimentos e durações no norte de Goiás. 2011. 464 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GUEDES, André Dumans. Abrir no mundo, rasgando o trecho: mobilidade popular, família e grandes projetos de desenvolvimento. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 21, p. 137-152, 2012.

GUEDES, André Dumans. *O trecho, as mães e os papéis*. Etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás. Rio de Janeiro: Garamond 2013a.

GUEDES, André Dumans. Na estrada e na lama com Jorge, um Brasileiro. Trabalho e moradia nas fronteiras do desenvolvimento. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 319-345, 2013b.

GUEDES, André Dumans. Fevers, movements, passions and dead cities in northern Goiás. *Vibrant*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 56-95, 2014.

GUEDES, André Dumans. Narrando, comparando e maldizendo andanças, pousos e alojamentos. *Ruris* – Revista do Centro de Estudos Rurais, Campinas, v. 12, n. 2, p. 23-52, 2020.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment*. Essays on Livelihood, Dwelling and Skill. New York: Routledge, 2000.

INGOLD, Tim. *Lines. A Brief History*. London: Routledge, 2007.

INGOLD, Tim. *Being Alive*. Essays on Movement, Knowledge and Description. New York: Routledge, 2011.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

INGOLD, Tim. *The Life of Lines*. Londres: Routledge, 2015a.

INGOLD, Tim. O dédalo e o labirinto. Caminhar, imaginar e educar a atenção. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 21-36, 2015b.

INGOLD, Tim; VERGUNST, Jo Lee (ed.). *Ways of walking: ethnography and practice on foot*. Hampshire: Ashgate, 2008.

JIMÉNEZ, Alberto Corsín. On space as a capacity. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 9, n. 1, p. 137-153, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Totemismo Hoje*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

MALKKI, Liisa H. National geographic: the rooting of peoples and the territorialization of national identity among scholars and refugees. In: GUPTA, Akhil; FERGUSON, James (ed.). *Culture, power, place: explorations in critical anthropology*. Durham: Duke University Press, 1999. p. 52-74.

MARQUES, Ana Cláudia; BROGNOLI, Felipe Faria; VILLELA, Jorge Luiz Mattar. *Andarilhos e cangaceiros: a arte de produzir território em movimento*. Itajaí: Editora da UNIVALE, 1999.

MEDEIROS, Camila Pinheiro. *No rastro de quem anda: comparações entre o “tempo do Parque” e o “hoje” em um assentamento no noroeste mineiro*. 2011. 265 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PALMEIRA, Moacir; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A invenção da migração*. Projeto Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste (relatório de pesquisa). Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia/Museu Nacional/UFRJ, 1977.

PANDYA, Vishvajit. Movement and space: Andamanese cartography. *American Ethnologist*, v. 17, n. 4, p. 775-791, 1990.

PEIRANO, Mariza (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PEREIRA, Luzimar Paulo. *Os giros do sagrado: um estudo etnográfico sobre as folias em Urucuia, MG*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

RUMSTAIN, Ariana. *Peões no Trecho: estratégias de deslocamento e trabalho no Mato Grosso*. 2009. 183 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SALAZAR, Noel. Mobility. In: McGEE, Jon. *et al.* (org.). *Theory in social and cultural anthropology, volume 1*. Thousand Oaks: Sage, 2013. p. 552-553.

SALAZAR, Noel. Anthropology. In: ADEY, Peter; BISSELL, David; HANNAM, Kevin; MERRIMAN, Peter; SELLER, Mini. *The Routledge Handbook of Mobilities*. London: Routledge, 2014. p. 55-63.

SHELLER, Mimi. Sociology after the mobilities turn. In: ADEY, Peter; BISSELL, David; HANNAM, Kevin; MERRIMAN, Peter; SELLER, Mini. *The Routledge Handbook of Mobilities*. London: Routledge, 2014. p. 45-54.

SHELLER, Mimi. From spatial turn to mobilities turn. *Current Sociology*, v. 65, n. 4, p. 623-639, 2017.

THRIFT, Nigel. *Non-Representational Theory*. Space, politics, affect. London: Routledge, 2008.

URRY, John. *Mobilities*. Cambridge: Polity Press, 2007.

VELHO, Otávio. O Cativo da Besta Fera. In: VELHO, Otávio. *Mais Realistas que o Rei*. Ocidentalismo, Religião e Modernidades Alternativas. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007. p. 103-134.

VIEIRA, Suzane de Alencar. *Resistência e pirraça na Malhada: cosmopolíticas quilombolas no Alto Sertão de Caetité*. 2015. 425 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.